

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 44, DE 05 DE SETEMBRO DE 2012
ANEXO IV – AÇÕES INTERSETORIAIS DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO

O Programa Brasil Alfabetizado estabeleceu um conjunto de parcerias com diferentes órgãos do governo federal, para possibilitar que o EEx possa desenvolver, com mais facilidade, uma série de ações intersetoriais necessárias para um atendimento mais efetivo em sua área de jurisdição. São as seguintes as parcerias estabelecidas:

Com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

a) para utilizar as informações do Cadastro Único do MDS, no qual constam os dados sobre a identidade, a escolaridade e o endereço dos cidadãos beneficiários dos programas sociais do governo federal, visando a facilitar que os membros das famílias cadastradas sejam atendidos pelo Programa Brasil Alfabetizado; esses dados que podem ser consultados por Estado e por Município, bastando solicitar que a SECADI/MEC envie os arquivos eletrônicos específicos;

b) para mobilizar as pessoas não alfabetizadas que estejam no Cadastro Único e incluí-las no Brasil Alfabetizado.

Com o Ministério da Justiça (MJ)

a) para dar continuidade à alfabetização da população carcerária e ampliar a oferta de alternativas, contribuindo no processo de ressocialização;

b) para contribuir na formação profissional, promovendo o acesso a valores, mudanças de atitudes e sentido de dignidade aos presos;

c) para realizar o registro civil dos alfabetizandos do Programa Brasil Alfabetizado que ainda não o tenham.

Com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

a) para localizar os trabalhadores não alfabetizados que foram resgatados da situação de trabalho escravo pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT/MTE) e estão no cadastro do seguro-desemprego, organizado pelo Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, e incluí-los no Programa Brasil Alfabetizado;

b) para encaminhar os egressos das turmas de alfabetização para serem atendidos com prioridade em cursos desenvolvidos pelo Plano Nacional de Qualificação;

c) para, com apoio de outros parceiros, difundir experiências, tecnologias sociais e oportunidades de desenvolvimento e implantação de empreendimentos auto gerenciais, em ações do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento.

Com o Ministério da Saúde (MS)

a) para permitir que, a partir do cadastro municipal do Sistema de Informação da Atenção Básica do Sistema Único de Saúde (SIAB/SUS), os EEx que disponham desse cadastro localizem nele os jovens e adultos não alfabetizados para atendê-los no Programa Brasil Alfabetizado;

b) para facilitar a articulação entre os gestores locais do Programa Brasil Alfabetizado e as secretarias municipais de Saúde, visando a encaminharem os alfabetizandos com problemas visuais ao Sistema Único de Saúde – SUS, para consulta oftalmológica;

c) para permitir uma articulação efetiva dos gestores locais do Programa Brasil Alfabetizado com as secretarias municipais de Saúde de modo a que providenciem a aquisição e a distribuição de óculos aos alfabetizandos com problemas visuais (erros de refração) e encaminhem para tratamento médico, quando for o caso, os alfabetizandos que demandem intervenções de média e alta complexidade em Oftalmologia.

Com o Ministério da Pesca e Aquicultura (SEAP/PR)

a) para articular o Programa Brasil Alfabetizado com o Projeto Pescando Letras, metodologia de alfabetização voltada a pescadores artesanais e trabalhadores da pesca;

b) para divulgar às secretarias municipais e secretarias estaduais de Educação o cadastro dos pescadores não alfabetizados que são beneficiários do seguro defeso, a fim de incluí-los nas ações de alfabetização do Programa Brasil Alfabetizado.

Com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR/PR)

a) para articular o Programa Brasil Alfabetizado com o Projeto Quilombola – Venha Ler e Escrever, de alfabetização de jovens e adultos remanescentes de quilombos,

b) para ampliar a identificação de remanescentes de quilombos não alfabetizados por meio dos cadastros da SEPPIR.

Com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)

a) para desenvolver estratégias e ações que permitam combater quaisquer obstáculos ao acesso à alfabetização cuja origem seja o fato de a pessoa ser do gênero feminino.

Com a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SDH)

a) garantir a alfabetização dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e ampliar a oferta de turmas, contribuindo no processo de ressocialização;

b) propiciar a alfabetização dos idosos analfabetos e ampliar a oferta de cursos para essas pessoas, proporcionando-lhes acesso a valores, mudanças de atitudes e sentido de dignidade;

c) realizar o registro civil dos alfabetizandos do Programa Brasil Alfabetizado que ainda não tenham sido registrados.

Com a Secretaria Nacional da Juventude, da Secretaria Geral da Presidência da República, e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

a) para buscar a mobilização de entidades parceiras desses órgãos, visando ao aumento da inscrição de jovens não alfabetizados, na faixa de 15 a 29 anos, de áreas urbanas e rurais, no Programa Brasil Alfabetizado.

Com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano)- MEC/SECADI/DPJUV

a) articular ações entre o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano) para atendimento educacional aos jovens entre 18 e 29 anos.

b) para encaminhar os egressos do PBA com idade entre 18 e 29 anos preferencialmente às turmas do Projovem Urbano, para a continuidade de estudos, conforme Art. 5º, III, “n” da Resolução CD/FNDE nº 44/2012.